

V CONFERÊNCIA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA



I BOLETIM

Documento
aprovado pela
comissão política

PORTO	26	27	OUTUBRO
-------	----	----	---------

O MUNDO MUDOU: A GLOBALIZAÇÃO ESTÁ EM CRISE

1.1 - O trabalho. A divisão internacional da produção deslocou uma parte substancial da indústria transformadora para o continente asiático e impôs novas tendências de exploração, que incluem: i) a intensificação dos ritmos no processo de trabalho; ii) a extração da mais-valia a partir do trabalho imaterial e intelectual; iii) a ampliação do tempo de trabalho, incluindo a diluição das fronteiras entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho; iv) a ampliação das formas de precariedade laboral; v) a “uberização” do trabalho e a extensão da gestão algorítmica; vi) a pulverização dos locais de trabalho e da distância entre quem trabalha. Em Portugal, a composição da classe trabalhadora é crescentemente heterogênea: a processos históricos, como o da feminização do trabalho assalariado, acrescenta-se agora a imposição de modelos parasitários com lucros altos alcançados a partir de salários baixos, em particular com a especialização dependente em serviços e turismo, assente em população trabalhadora imigrante, a que ainda se soma a emigração de jovens qualificados. Estas transformações contribuem para reforçar uma tendência consistente de perda de influência sindical, particularmente no privado e ainda mais nos setores uberizados.

1.2 - O capital. No período de globalização neoliberal, o processo de acumulação de capital assentou no prolongamento de cadeias internacionais de produção e na livre circulação de capitais, reforçando a capacidade estratégica da finança e a concentração do seu poder político. A captura de recursos públicos serviu um processo mais vasto de monopolização da propriedade e/ou do controle da finança, da terra, da propriedade intelectual, de recursos naturais escassos e de infraestruturas básicas. Os lucros assim obtidos não dependem da capacidade produtiva, de investimento ou inovação nestes setores mas da extração de rendimentos associada ao aumento do preço de bens e serviços essenciais. A esta forma de rentismo, marcada pela acumulação acelerada em contexto de estagnação e desigualdade social, soma-se agora uma segunda dimensão, a dos impérios digitais, que extraem e exploram os dados da monitorização de comportamentos on-line, com o objetivo final de manipular comportamentos. Esta intensificação da acumulação de capital criou um restrita elite de super-ricos, alguns acima de 200 mil milhões de euros, que exercem poder sobre os governos e o planeta e enfraquecem a democracia e a capacidade de organização solidária das sociedades.

1.3 - O clima. A catástrofe climática foi prevista, podia ter sido evitada e tem ainda que ser mitigada. Mas as principais medidas de combate às alterações climáticas são incompatíveis com o modelo e os objetivos de acumulação capitalista, ameaçando lucros presentes e rentabilidades futuras. As companhias energéticas baseadas no fóssil mantêm o seu poder e, em estreita integração com o capital financeiro e as indústrias do armamento, impõem a contenção de medidas de transição. Os movimentos migratórios aumentam à medida que regiões inteiras do planeta se tornam inabitáveis devido a fenómenos climáticos extremos ou às suas consequências permanentes (como as secas e as guerras). A destruição de ecossistemas promove a proliferação de agentes patogénicos e aumenta os riscos de epidemias. Neste quadro, as medidas de política

climática que progridem são apenas aquelas que constituem oportunidade para novos mercados financeiros especulativos, numa espiral de concentração de capital canibal. O negacionismo da extrema-direita e a hipocrisia liberal são as duas caras do desastre da civilização.

1.4 - As guerras comerciais. A China ultrapassou a sua condição de “fábrica do mundo” e afirma-se enquanto potência emergente, abrindo espaço a projetos imperialistas regionais de potências secundárias, como a Turquia, a Rússia, o Brasil ou a África do Sul. As pressões dos EUA para que a Europa rejeitasse a tecnologia 5G da Huawei ou forçasse a venda do TikTok, tal como o aumento de taxas alfandegárias ou a reativação pela China dos BRIC, são exemplos da guerra comercial em curso e da crescente disputa na inovação tecnológica entre as duas principais potências imperialistas. A União Europeia é um ator secundário destes acontecimentos, demonstrando que o centro da disputa pela acumulação de capital migrou do Atlântico para o Pacífico.

1.5 - As guerras. O confronto entre potências não é só comercial. O capitalismo anuncia a guerra - seja na Europa, com palco principal na Ucrânia, seja em torno de Taiwan, com o crescente atrito entre China e EUA, e sobretudo na escalada genocida de Israel que incendeia o Médio Oriente. Justificada como consequência de tensões inevitáveis, a corrida aos armamentos na verdade retroalimenta esta espiral da guerra, absorvendo fluxos de investimento público que, em certo momento, chegaram a ser consignados a medidas para o cumprimento dos Acordos de Paris. A retórica da escalada militar não é menos venenosa do que as ações: os governos liberais e social-liberais que procuram legitimar-se através da guerra abraçam o caminho que reforça o reacionarismo, que legitima os nacionalismos exacerbados e que promove a transferência de recursos financeiros do Estado Social para a indústria do armamento, ao ritmo das diretivas da NATO.

1.6 - A globalização neoliberal está em crise. O modelo do rentismo financeiro e da extração pela dívida criou as condições da sua própria crise, trazida pela estagnação e pela desigualdade e os seus efeitos na desagregação política. A estagnação do comércio, as crises económicas, com particular ênfase na crise de 2007/2008 e as suas sequelas austeritárias, a perturbação das cadeias internacionais de produção e distribuição durante a pandemia levaram o sistema capitalista a formas mais agressivas de extração e exploração. Não sabendo desglobalizar-se, o capitalismo muscula-se em projetos políticos autoritários em que direitas e extremas-direitas populistas são determinantes, desde as eleições de Modi (2014), Trump (2016), Bolsonaro (2018), enquanto outros mantêm e radicalizam as suas posições (Putin, Orban e Erdogan).

1.7 - A extrema direita normaliza-se. Sob pretexto de travar a extrema-direita, governos liberais ou social-liberais têm respondido ao avanço reacionário com rendições sucessivas. À medida que se fundem nos discursos anti-imigrantes, belicistas e autoritários, os liberais contribuem para a normalização da extrema-direita. Tendo em muitos casos o ditador russo Vladimir Putin como seu aliado e financiador, a estratégia de poder da extrema-direita é ganhar peso institucional e condicionar políticas, como o Pacto das Migrações da União Europeia. Esta normalização articula-se com o empenho da extrema-direita no reforço da exploração de classe ou no regresso a visões sexistas, homofóbicas e ultraconservadoras.

Não deve haver equívocos: a extrema-direita não é apenas antissocialista. Ela tem como missão absorver as direitas liberais no projeto autoritário de acumulação liderado por uma pequena oligarquia com poder global. Elon Musk - um dos super-ricos que mais beneficiou da década de dinheiro barato - é dos principais financiadores da candidatura de Donald Trump. Os super-ricos comandam não apenas a economia e a informação (Musk adquiriu uma das principais redes sociais) mas também a disputa política por um modelo capitalista autoritário e militarista. A acumulação de capital exibe-se nestes ultrabilionários que controlam redes de comunicação e fazem negócio do controlo e da manipulação das emoções.

1.8 - As democracias não estão condenadas ao autoritarismo, mas elas não serão protegidas pelo centrão neoliberal. O próprio neoliberalismo, incluindo a social-democracia rendida, destruiu as bases do anterior contrato social. **O combate pela democracia e pela liberdade é o combate por um novo contrato social, que estabeleça a igualdade, o cuidado e o ambiente como princípios organizadores da economia e da sociedade, um contrato assente na solidariedade e no respeito pela liberdade e emancipação de cada pessoa. O projeto de futuro que apresentamos é a resposta luminosa contra o obscurantismo e o retrocesso, que faz valer a comunidade contra o egoísmo e a esperança contra o ressentimento. É a segurança da vida boa no lugar da ansiedade social. Assim abrimos caminho para o Socialismo de Futuro que queremos construir.**

O LUGAR DA UNIÃO EUROPEIA NA ORDEM MUNDIAL

2.1 - A guerra da Ucrânia tornou-se o impulso para uma militarização há muito desejada pela direita europeia. As novas regras de governação económica já integram esse projeto, não só excecionando a despesa militar das restrições ao investimento público como abrindo caminho à imposição de gastos militares obrigatórios aos Estados-membros.

2.2 - No clima, a UE vive na contradição entre compromissos e instrumentos, mas também entre necessidades de investimento e recursos financeiros mobilizados. O próprio G20 lançou um relatório sobre a necessidade de taxação dos super-ricos e esta é já uma discussão em vários países, sem sinais de que possa avançar no eixo de poder real da União Europeia.

Sem uma viragem de rumo, o ano 2030 confirmará uma retórica vazia e um fracasso real, assente em instrumentos de mercado em detrimento de políticas públicas e incapaz de obter resultados decisivos na transição energética, na reestruturação industrial e de transportes e na reorganização que proteja as nossas vidas.

2.3 - Também no plano dos direitos sociais na UE (incluindo sobre habitação ou pobreza) o liberalismo continua a criar um desastre: a especulação imobiliária é um dos exemplos do sucesso dessa política, que exclui

uma parte crescente da população de condições de vida elementares. A Comissão Europeia pressionou os Estados-membros a cortar despesa com saúde e educação e desregular relações de trabalho e considera-se legalmente incompetente para estabelecer sequer mínimos em matéria de direitos. A exceção foi, graças à pressão popular, a diretiva do trabalho de plataformas, que mostrou um caminho a seguir, na certeza de que só há acesso a direitos no quadro de escolhas económicas coerentes.

2.4 - A mais extrema das consequências das políticas liberais é a sequência de vitórias da extrema-direita na política europeia para as migrações. O pacto aprovado é uma delas, até por ter arrastado a aprovação do centro político, incluindo os socialistas europeus. O discurso de ódio e o aumento de crimes contra migrantes ou pessoas racializadas indica uma normalização da política da extrema-direita, que se articula com a intensificação da exploração de classe ou a afirmação de visões ultraconservadoras.

2.5 - A UE condenou a invasão russa e afirmou a sua defesa da autodeterminação da Ucrânia, mas tem falhado na construção de um caminho para a paz. A retirada das tropas invasoras e a reunião de uma conferência que acorde os termos da paz são dois passos urgentes.

2.6 - Esse posicionamento contrasta de forma grotesca com o apoio e o armamento do genocídio cometido por Israel em Gaza, o maior crime contra a humanidade cometido no século XXI, e expansão colonial para a Cisjordânia. Todos os valores alegados quanto à Ucrânia são invertidos quanto à Palestina: todos os crimes são justificados ou ignorados. A cumplicidade europeia com o regime de apartheid israelita e a sua natureza genocida é um crime.

DESAFIOS CONCRETOS À AFIRMAÇÃO DA ESQUERDA NO SÉCULO XXI

3.1 - Hoje, com a crise da globalização e a deslocação dos liberais para a extrema-direita, a esquerda enfrenta novos desafios: como construir uma unidade de classe perante a crescente heterogeneidade do trabalho? Como revitalizar sindicatos e organizações sociais? Como responder à emergência de novas tecnologias? Como desenvolver uma agenda de intervenção que articule justiça na economia, transição climática justa e igualdade de género e etnoracial? Como afirmar a novidade e singularidade do Socialismo para o século XXI? Respondemos com uma cultura de luta e um partido para a luta.

3.2 - A questão da pertença. A contínua propaganda do fim da luta de classes é uma ofensiva para anular uma cultura de mobilização do povo trabalhador. O parasitismo dos grupos privados sobre o Estado Social, com a privatização de serviços e a absorção de recursos, leva à perda de qualidade e à desvalorização dos serviços públicos enquanto modelo de redistribuição de riqueza e universalização do acesso a direitos. As desigualdades sem precedentes e o enfraquecimento do sindicalismo traduzem a perda de valor da ação coletiva e da luta organizada. A cultura individualista inverte a pirâmide das necessidades e pessoaliza (e patologiza

até) as respostas a problemas sociais. **A afirmação da pertença, da luta coletiva contra o capitalismo é a base da nossa cultura partidária.**

3.3 - A questão da identidade e da novidade. Uma tenaz ataca as forças da esquerda anticapitalista. De um lado, uma máquina de propaganda da direita e da extrema-direita, que apresenta o centrismo do PS como um perigo socialista ou até comunista. Do outro, uma avalanche retórica que banaliza a exploração e glorifica o individualismo, reclamando para a direita o brilho transformador. A ladainha sobre o fim das chamadas “causas fraturantes” ajuda a esta dinâmica do ocaso das diferenças. **A afirmação da identidade da esquerda socialista está na recusa do logro da meritocracia e na ofensiva pelo futuro, uma luta comprometida contra a desigualdade e pelos bens comuns que são a viabilidade da democracia.**

3.4 - A questão da conciliação. O segundo elemento da tenaz é a teoria da ferradura (“os extremos tocam-se”), vinda do centrão. A teoria dos extremos procura marginalizar ou até criminalizar as políticas redistributivas e anticapitalistas e constranger a esquerda a uma “moderação” sem matizes. Sob o signo da conciliação, as forças de esquerda são instadas a diluir de forma permanente e irreversível a sua identidade e o seu programa em nome da manutenção do status quo, mesmo sob governos de direita, como em Portugal.

3.5 - Conhecemos a força dos ataques e as dificuldades que criam, mas temos a confiança de sabermos de onde vimos e para onde queremos ir. Sabemos como o Bloco foi fundamental nas lutas da modernidade contra o conservadorismo e como, com vitórias ainda por alcançar nos direitos e liberdades individuais e coletivos, é fundamental para impedir a vingança conservadora em curso e criar movimentos unitários para essas vitórias. Esta herança é parte da nossa identidade que abraçamos com orgulho. **Mas o que o Bloco traz de novidade é uma conceção da luta emancipatória do trabalho que a torna inseparável dos combates emancipatórios pelos avanços dos direitos das mulheres, pessoas LGBTI+, migrantes ou racializadas, com deficiência. Combatemos o capitalismo tal como ele é. Essa novidade e essa força é a bússola do nosso programa e da nossa cultura.**

A ESQUERDA DO SÉCULO XXI

4.1 - A esquerda do século XXI alicerça a política de classe numa cultura de liberdade radical e afirma que classe, género e raça são elementos entrelaçados do mesmo sistema de desigualdades e opressão. Reclamamos a herança revolucionária de Abril, que abriu caminho à democracia, à transformação das relações sociais, bem como dos movimentos anti-imperialistas e de todas as lutas emancipatórias do século XX. Na luta pelo fim do capitalismo e das relações de poder e desigualdade que ele estabelece, procuramos o caminho para uma liberdade inteira, individual e coletiva, fundada na igualdade radical de participação política e na distribuição justa da produção. Somos ecologistas porque queremos uma economia organizada

pelas necessidades ambientais e sociais, e não pelo lucro predatório. Somos feministas e antirracistas porque queremos a liberdade toda, porque reconhecemos que o capitalismo está estruturalmente assente em formas de dominação machistas e patriarcais, e porque vemos no reconhecimento de identidades subalternizadas uma prática política revolucionária de que não abdicamos. A nossa cultura é combater todas as formas de opressão geradas pelo capitalismo.

4.2 - A esquerda do século XXI só pode ser um projeto coletivo de liberdade, um “nós” gerado na confluência de todas as lutas emancipatórias, empenhado na construção de uma comunidade que se define pela inclusão e igualdade, pelo reconhecimento e partilha de direitos, e não pela exclusão e estratificação sociais. Ao individualismo que nos isola diante do Estado e da economia e ao princípio da competição que nos faz correr num mundo sem futuro, que degrada a saúde física e mental, contrapomos a construção da democracia que partilha o poder e a responsabilidade pelo bem-estar do planeta e de todos. A nossa cultura organiza-se pelo princípio do cuidado e pelas respostas às necessidades sociais.

4.3 - A esquerda do século XXI deseja o futuro, que é o tempo da afirmação do socialismo, a mais moderna e urgente das ideias políticas por cumprir. O seu enunciado é poderoso: afirmar uma visão do mundo e da sociedade em que a hierarquia se dilui e a participação se agiganta como decisão e controlo de produtores e cidadãos; aprofundar a democracia sobre as escolhas sociais; reclamar a liberdade individual nas opções de vida. Não ignoramos experiências de regimes falhados, na URSS e noutros países, que condenamos e que conspurcaram a luta pelo socialismo.

4.4 - A esquerda do século XXI acolhe e promove o avanço tecnológico. A automatização, robotização e inteligência artificial podem e devem servir objetivos sociais, democraticamente desejados: substituir tarefas penosas, facilitar ou evitar deslocações, reduzir o tempo de trabalho, expandir a qualidade e oferta de serviços públicos, melhorar a produção de medicamentos, facilitar tarefas domésticas, organizar as cidades e a produção com vista à transição ecológica. A tecnologia pode servir um propósito coletivo, o que exige que a sua infraestrutura e a sua força produtiva estejam ao serviço da sociedade. A cultura da modernidade é socialista porque é distributiva das capacidades e riqueza assim criadas.

4.5 - A esquerda do século XXI é internacionalista e anti-militarista. Afirmamos a solidariedade com todas as vítimas do imperialismo, da autocracia e da ganância. Defendemos os direitos do povo palestino contra o genocídio pelo Estado de Israel, e da Ucrânia contra a invasão russa. Estamos ao lado do Estado espanhol no reconhecimento da Palestina e contra a sua aliança com a ocupação marroquina do Saara Ocidental. Denunciamos os ataques aos direitos democráticos na China e na Venezuela tal como rejeitamos a política de ingerência dos EUA na América Latina e a escala militar que provoca no sudeste asiático. Apoiamos o direito dos povos à autodefesa e a decidirem livremente o seu futuro, libertos dos planos que as potências mundiais lhes reservam nas suas lutas geopolíticas, e, em cada país, estamos ao lado das forças democráticas, progressistas e de esquerda. Não escolhemos entre imperialismos nem entre as suas alianças militares, de que a NATO é e foi ponta de lança. Somos convictamente antimilitaristas porque sabemos que a guerra é, acima de tudo, uma disputa das elites por recursos, território e poder, e uma forma de massacrar os povos.

4.6 - A esquerda do século XXI é ambientalista. A sobrevivência e o bem-estar da humanidade dependem da transformação dos modos de produção e de consumo no planeta. Queremos que esse processo seja democraticamente determinado, retirado das mãos da oligarquia financeira ou de tecnocratas a ela obedientes, e conduzido pela decisão esclarecida das populações e dos trabalhadores. O planeamento democrático e ecológico que defendemos reorganiza a economia em torno de atividades úteis à sociedade e compatíveis com os limites do planeta, afastando-a da exploração destrutiva da natureza, dos combustíveis fósseis, do desperdício de recursos e da obsolescência programada; respeita os princípios de pleno emprego e igualdade salarial; garante mais liberdade a toda a gente, pela participação na definição dos investimentos prioritários, pelo acesso a bens e serviços essenciais, como os transportes ou a energia, mas também pelo aumento do tempo livre; abre espaço para um modelo de satisfação pessoal a partir de atividades culturais, desportivas, políticas, recreativas e da exploração de relações pessoais, afetivas, em alternativa às formas tóxicas de consumo e de trabalho que hoje dominam as nossas vidas. O planeamento democrático e ecológico que defendemos implica ainda uma alteração das relações de dominação e exploração entre o Norte e o Sul, em que a colaboração e o auxílio técnico e financeiro substituem o atual modelo de predação e endividamento.

O BLOCO DE ESQUERDA NO SÉCULO XXI

5.1 - O Bloco de Esquerda organiza-se para dar resposta às exigências e desafios dos nossos tempos e assim construir a esquerda do futuro. Nesse caminho, afirmamos quatro prioridades da nossa ação.

5.2 - Movimentos e mobilização popular. A emergência de mobilizações populares e de movimentos sociais é uma alavanca para as reivindicações da esquerda, mas é, antes de mais, uma condição essencial para disputar com a extrema-direita a consciência social e política do povo e, em particular, dos jovens. Sabemos como as mulheres e as pessoas LGBTQI+, as comunidades racializadas e os migrantes, avançam nas suas formas de organização e formam uma barreira contra a extrema-direita e alternativas de poder na América Latina. Sabemos como o massacre do povo palestino relançou um movimento antimilitarista com milhões de jovens por todo o mundo e como os movimentos pelo clima e pela habitação são embriões de uma identidade anticapitalista. É nesses movimentos que o Bloco participa, sem dirigismos ou sectarismos, promovendo uma cultura de militância e de auto organização.

5.3 - Um programa para disputar ideias e conceitos. A alternativa política que queremos afirmar em Portugal requer um programa político que pense o país, os seus recursos e possibilidades, em torno dos objetivos de planeamento ecológico e do cuidado, ou seja, da satisfação das necessidades de cada pessoa e de um projeto económico e social que enfrente a desigualdade. Um programa que perspetive de que forma a tecnologia e o progresso podem ser aliados, e não ameaças. Um programa que responda como o trabalho, os serviços públicos e o Estado Social se devem organizar sem que isso signifique um eterno regresso aos modelos e referências fracassadas do passado. Um programa que acompanhe e acrescente às reivindicações

dos movimentos sociais do presente. Um programa que abra caminhos para o Socialismo que queremos para o futuro. Este programa é um plano de ação mas também um instrumento de disputa ideológica e de descolonização do imaginário. Modernidade e futuro, liberdade e autonomia, cosmopolitismo e multiculturalidade ganham o seu verdadeiro significado quando nomeiam uma sociedade de iguais, organizada para o bem-estar e segurança de todos, e por isso, para emancipação de cada pessoa. A elaboração deste programa é uma prioridade do Bloco, um processo que decorrerá no espaço de um ano e que só será concluído pela Mesa Nacional que será eleita na próxima Convenção.

5.4 - Uma cultura contra-hegemónica. Nem capricho nem inconsequência. É na afirmação de ideias emancipatórias contra o conservadorismo, na denúncia desassomburada da exploração e das desigualdades e nas formas coletivas de organização e vivência que emergem os sujeitos políticos capazes das mais potentes transformações políticas. Assim, o combate pelo enraizamento popular da alternativa socialista forma também uma cultura de partido, com referenciais comuns para a ação militante, objetivos claros e aprendizagem permanente sobre a experiência de ação.

5.5 - Uma Organização aberta. O compromisso do Bloco com a democracia interna e as formas abertas de participação no debate político funda-se na rejeição, quer do centralismo atrofiante dos partidos comunistas tradicionais, quer da inorganicidade própria dos movimentos dirigidos por um líder populista, autoritário e providencial. Esta cultura democrática requer um esforço permanente para a criação de formas alargadas de debate e participação. Desde já: i) um processo de atualização programática que visa criar canais permanentes de debates temáticos, com o envolvimento alargado de militantes e simpatizantes, especialistas e ativistas políticos e sociais; 2) um roteiro de formação política e ideológica descentralizado, elaborado após consulta aos militantes e estruturas do Bloco; 3) novas formas de partilha de informação interna, com a criação de uma newsletter e de uma aplicação aberta a militantes; 4) novas abordagens para comunicação externa que, além do atual esforço de dinamização das redes sociais do Bloco, incluam o atualização do site nacional e dos principais materiais de propaganda, como o jornal, bem como a dinamização de formas locais de comunicação. A participação do Bloco em movimentos e organizações sociais não deve substituir a capacidade de organização interna da militância bloquista em torno de questões centrais do combate político. Assim, sempre que possível, o Bloco deve promover grupos de reflexão e coordenação em áreas como o trabalho, o feminismo, o clima, o antirracismo, as causas LGBTQI+, o bem-estar animal, a educação, a saúde, a justiça, a intervenção estudantil, a investigação e a ciência, ou os direitos das pessoas seniores, entre outras causas.

5.6 - Mandato popular e agenda política. A presença do Bloco nos parlamentos é um elemento importante da nossa afirmação e disputa política. No contexto de uma maioria de direita na Assembleia da República, com a presença de 50 deputados da extrema-direita, o Bloco deve focar a sua intervenção na polarização face ao conservadorismo e ao ultraliberalismo que dominam os debates sobre imigração e direitos sociais, política fiscal, económica e ambiental e Estado Social. Simultaneamente, a pressão para reduzir o debate parlamentar às táticas de sobrevivência e poder do governo minoritário PSD/CDS na sua relação com o PS e com o Chega, exige do Bloco criatividade e arrojo na apresentação de propostas que traduzam os maiores

problemas dos nossos dias, o salário e o tempo de trabalho, as alterações climáticas, o acesso a serviços e bens essenciais, desde logo a habitação, mas também a defesa intransigente da igualdade e da liberdade **Dentro e fora do Parlamento, levantamos as nossas bandeiras prioritárias:** resgatar a habitação da finança e fazer dela um bem para todos; trabalhar menos, melhor e por mais salário; controlar os instrumentos para o planeamento ecológico, a começar pela produção e distribuição de energia; redistribuir a riqueza para financiar novos serviços públicos; afirmar o feminismo, o antirracismo e o combate a todas as discriminações como forma maior de liberdade.

A ESQUERDA PERANTE UM GOVERNO DE CONTRARREFORMAS

6.1 - O Governo procura distanciar-se da ideia de uma maioria de direita com o Chega e apresentar-se com uma governação ao centro, com a concretização de algumas promessas eleitorais com impacto social. Esta circunstância tática não esconde uma prática com alcance estratégico importante: é um governo de contrarreformas. À semelhança ao macronismo, a estratégia do “extremo-centro” de Luís Montenegro, destaca-se pela adoção de um programa radical de direita neoliberal destinado a favorecer as elites e o poder económico integrando também elementos do discurso e das políticas da extrema-direita. Esta rampa deslizante na política para a direita vem acompanhada do convite à normalização parlamentar e institucional da extrema-direita, apesar das suas ameaças à democracia portuguesa.

6.2 - Assim, os primeiros meses de governação do PSD são marcados por uma reforma fiscal sem precedentes que goza do apoio de toda a direita, com o compromisso de redução de 5p.p. na taxa de IRC paga pelas grandes empresas e por uma alteração no IRS jovem destinada a beneficiar os salários mais altos, que abre a porta para um sistema de taxas planas em Portugal, o velho sonho dos liberais e da sua clientela milionária. Com um custo estimado que supera os 2500 milhões de euros, a proposta fiscal do Governo supera em muito a despesa associada ao cumprimento de algumas promessas eleitorais com professores, forças de segurança e no alargamento do CSI.

6.3 - Na imigração, a cedência ao discurso do Chega sobre “as portas escancaradas” levou ao fim das manifestações de interesse e à conseqüente promoção da permanência de imigrantes em Portugal de forma irregular e clandestina. Na habitação, a prioridade é dada ao Alojamento Local e, mais uma vez, a redução dos impostos sobre os mais ricos. Na Saúde, a par da marca de incompetência e autoritarismo da ministra, está em curso uma alteração estrutural na organização da resposta pública, em que o SNS passa a ser mais uma componente, a par do setor privado e social, do “sistema” de saúde, e que se vai degradando. No trabalho, a pressão para embaratecimento dos salários vinda da desregulação da imigração soma-se à inação face ao aumento do salário mínimo e às contrarreformas que se antevêm nas áreas da legislação laboral, em estreita cooperação com a CIP.

6.4 - Com base no seu programa, Luís Montenegro convoca a resolução de problemas deixados pelo anterior Governo, e usa a ideia de estabilidade e o distanciamento face à extrema-direita para requisitar o apoio do PS na viabilização do Orçamento do Estado. Simultaneamente, dá voz à teoria dos extremos para desqualificar as propostas e posições da esquerda. Com essas estratégias, mesmo que o próximo seja o único OE que Montenegro conseguisse aprovar, a impossibilidade de dissolução do parlamento no calendário de autárquicas e presidenciais faria com que uma abstenção do PS no próximo orçamento lhe permitisse governar à sombra do bloco central até 2027. Quaisquer tentativas de acordos de bloco central só servirão para dar oxigénio a um governo de direita que pretende “regular” as políticas mais radicais vindas dos extremos conservadores e radicais da direita.

6.5 - A banalização dos programas de direita que reduz o confronto político à negociação de pequenas medidas orçamentais, que vem a par da diabolização das alternativas à esquerda, menoriza e afunila a democracia, escancarando as portas à extrema-direita.

6.6 - O Bloco nasceu contra esse rotativismo do centrão e afirma-se nas lutas contra a extrema-direita com um projeto alternativo para a sociedade portuguesa. Somos oposição ao Governo do capitalismo rentista e às suas escolhas e estaremos na frente de qualquer combate à extrema-direita. Denunciamos qualquer conciliação do PS e saberemos fazer as alianças necessárias no combate à direita e à extrema-direita. Esta clareza tática só é possível com firmeza sobre o horizonte estratégico. Não colocamos o Socialismo na gaveta, nem deixamos de lutar por ele a cada momento.

POLÍTICA DE ALIANÇAS E ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

7.1 - Os objetivos do Bloco de Esquerda são a polarização contra programas radicais da direita conservadora e neoliberal e a afirmação de uma alternativa de esquerda para Portugal. Para tal, o Bloco deve ser capaz de estabelecer as alianças sociais e políticas que permitam travar o avanço da direita e abrir espaços de respiração democrática e de esperança popular.

7.2 - As mobilizações para o 25 de Abril demonstram a importância de criar alianças populares contra o projeto autoritário e ultraconservador da extrema-direita, expressado através da sua presença parlamentar mas também no avanço de ideias racistas, xenófobas, transfóbicas e machistas na sociedade portuguesa. Esta permanente procura de alianças, com partidos, movimentos sociais e sociedade civil, abrange ainda questões essenciais para a democracia, e que representam hoje os principais conflitos sociais face às políticas neoliberais que atacam o clima, ameaçam o salário e destroem o acesso à habitação.

7.3 - Nas eleições autárquicas, o Bloco procurará, sempre que possível, criar alianças sociais em projetos locais de transformação política à esquerda, alternativos à governação autárquica do PS e do PSD. Suportado

em bases programáticas pré-definidas em torno dos temas da habitação, do acesso a serviços públicos e da transformação climática, as concelhias do Bloco de Esquerda avaliarão as condições e proporão à Mesa Nacional coligações pré-eleitorais com outras forças progressistas, ecologistas e de esquerda. Neste contexto, estão já iniciados diálogos concretos a nível concelhio, nomeadamente com o Livre.

7.4 - O Bloco acompanha com abertura a vontade publicamente demonstrada por parte de várias forças políticas, entre as quais o PS, para iniciar um processo de constituição de uma candidatura alargada que derrote a política de Carlos Moedas em Lisboa. A avaliação desta candidatura, que deve representar mais que a mera soma de partidos, está sujeita aos mesmos critérios programáticos acima enunciados, bem como à existência de protagonistas capazes de os concretizar.

DOCUMENTO GLOBAL ALTERNATIVO

**SALVAR O BLOCO
DA DISSOLUÇÃO
POLÍTICA**

1. EM JEITO DE BALANÇO

A partir do fim da Geringonça, o Bloco entrou numa trajetória de declínio. Os impactos daquela experiência, que sempre defendemos, realçaram a fragilidade ideológica do partido e acentuaram a sua dimensão social-democrata. Os zigzagues de orientação política acabaram por o isolar e empurrar para o atual modelo de “movimento dos movimentos”, onde se resvala amiúde para abdicar de defender posições políticas próprias, em nome de um suposto apartidarismo dos movimentos, o que o conduz à dissolução política. Fora do enquadramento de uma política de classe, as políticas identitárias ou baseadas em causas dispersas podem mesmo converter-se em parte de uma agenda neoliberal inclusiva. Nesta, algumas reivindicações individuais podem ser contempladas, mas as desigualdades estruturais nunca o chegarão a ser.

As sucessivas derrotas que levaram o Bloco de um peso eleitoral de cerca de 10% para os atuais 4%, de um grupo parlamentar de 19 para 5 deputados, resultado de erros de estratégia política eleitoral centrada na contabilização de possíveis mandatos eleitorais – “ser a 3ª força política parlamentar”, de possíveis cargos do Bloco em futuros governos, de namoro a posições social democratas em campanhas eleitorais, etc - e muito pouco na apresentação de propostas que configurassem verdadeiras alternativas ao PS e PCP, foram agravadas pelo facto de o Bloco ter vindo a centrar grande parte da sua intervenção no trabalho parlamentar. Correspondem, igualmente, a uma perda real de influência e a uma desmobilização e paralisia interna. O balanço desta situação, para a qual contribuem também razões internas de orientação política, nunca foi feito.

Quer o debate interno, e com outras vozes na esquerda, quer a militância, têm sido substituídos por centralização de decisões em torno de um pequeno grupo que circula entre S. Bento e a Rua da Palma, sem ligação nem às estruturas do Bloco, nem à sociedade. O projeto de resolução política apresentado pela Comissão Política para a Conferência Nacional de Outubro de 2024 está longe de responder às necessidades de relançamento político do Bloco, limitando-se a repetir que “classe, género e raça são elementos entrelaçados do mesmo sistema de desigualdades e opressão”. Isso sempre foi verdade na história do capitalismo, mas aquilo que verdadeiramente interessa é o que se deve fazer do ponto de vista tático e estratégico para assegurar a liderança da classe trabalhadora num projeto revolucionário de transformação social que contemple todos os explorados e oprimidos. Desse ponto de vista, o documento não tem respostas.

Por este conjunto de motivos, colocamos na Conferência Nacional de 26 e 27 de outubro próximo esta alternativa global de orientação política, na expectativa de que ela ajude muitos aderentes do Bloco de Esquerda a encontrar respostas para as suas inquietações e para um novo rumo do partido.

2. O CAPITALISMO ATUAL

As classes sociais sofreram mutações nos últimos 150 anos, em articulação com a própria evolução do capitalismo. O proletariado diferenciou-se, penetrou em novas esferas da atividade produtiva, nomeadamente na área da reprodução social (saúde, educação) e dos serviços, atomizou-se em alguns dos seus segmentos, precarizou-se e organizou-se em plataformas. Apesar desta fragmentação, a classe trabalhadora assalariada constitui a larga maioria da população dos países desenvolvidos, o que coloca novas exigências ao processo de organização na luta pelo socialismo, mas não altera o seu papel dirigente na luta social e política.

O refluxo das vagas de mobilização da segunda década do século XXI, que responderam às políticas de austeridade após a crise de 2007/2008 (*Occupy Wall Street*, *Black Lives Matter*, *Primaveras Árabes*, *Acampadas*, *Coletes Amarelos*, etc) estão a criar espaço para a reflexão e o balanço indispensáveis para se poder vir a projetar um novo ascenso em termos mais consistentes, nomeadamente quanto às formas de organização política e, nelas, ao papel determinante da forma-partido. Apesar de um certo esboroamento da influência organizada dos sindicatos e de outras organizações tradicionais dos trabalhadores, e apesar do clima de recuo generalizado da esquerda por todo o mundo, existem oportunidades para a reorganização e a mobilização de quem trabalha.

Por outro lado, o processo de globalização capitalista também está a viver adaptações resultantes da emergência de novos contornos na concorrência entre as principais potências económicas e militares do mundo. A pandemia introduziu um quadro um pouco diferente na organização das cadeias de produção e distribuição, bem como tornou mais complexo o sistema de abastecimento tradicional de algumas matérias-primas (energia) e de bens alimentares. Tudo isto, aliado à agudização da concorrência capitalista mundial e a alguma dose de protecionismo selectivo, criou um confronto económico potencial dos EUA e da UE com novas potências como a China, a Rússia, a Índia e outros concorrentes de menor dimensão. A China saiu do seu modelo de grande fábrica de mão de obra barata e fornecedor de produtos de baixa qualidade, para ser um país de grande desenvolvimento tecnológico, com uma acumulação capitalista muito rápida, que beneficia sobretudo a oligarquia dirigente do PC Chinês.

Mais que inverter a lógica da globalização capitalista, está em marcha uma adaptação a novos contornos da rivalidade internacional, articulados com a evolução do cenário político-militar. O capitalismo mundial, em particular a sua vertente financeira mais dinâmica, busca desesperadamente o conjunto de circunstâncias que lhe permitam relançar duradouramente a taxa de lucro. O neoliberalismo deu-lhe as condições institucionais ideais para derrotar a classe trabalhadora e intensificar o grau de exploração a todos os níveis nas últimas décadas. Todavia, isso não foi, ainda, suficiente para encaminhar a economia dos países dominantes numa trajetória de longo prazo compatível com uma prosperidade duradoura. As ameaças de guerra generalizada e as guerras localizadas em curso podem criar o clima de corrida aos armamentos e de destruição de forças produtivas, favoráveis ao relançamento capitalista.

No mesmo sentido se configuram as ameaças resultantes do choque civilizacional entre o modelo de acumulação, assente na pilhagem de recursos naturais e na sobre-exploração dos trabalhadores, e o impacto brutal que as alterações climáticas já impõem a nível global. Todos os sinais críticos da ultrapassagem de +1,5° Celsius na temperatura média do planeta, em relação à era pré-industrial, já terão sido atingidos e inscrevem-se numa progressão contínua que não pára, porque os recursos naturais do planeta são limitados e o modelo de crescimento capitalista infinito é incompatível com relações sociais de produção que garantem um modelo de acumulação privado. Como diria Marx, os limites ao crescimento global colocados pelos recursos naturais da Mãe Terra são a prova mais do que evidente da justeza da análise marxista quanto à contradição fundamental do capitalismo, como se lê no Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política (1859): “em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes (...). Instaure-se então uma época de revolução social”. É a época em que vivemos.

3. NOVOS PERIGOS DE GUERRA

O mundo bipolar da Guerra Fria desmoronou-se com o afundamento da União Soviética, mas depois de algumas décadas de hegemonia incontestada dos EUA no plano económico e militar, novos arranjos estão em vias de se consolidar com o aparecimento em força da China, Rússia, Índia e de outras potências regionais.

A proliferação de armamento nuclear e o reforço das despesas em armamento um pouco por todo o mundo recolocam a possibilidade de uma guerra em grande escala. Não é possível compreender o capitalismo americano contemporâneo e a liderança militar, económica e política, que exerceu no mundo, sem ter em conta o papel do seu poderoso Complexo Militar Industrial (CMI), isto é, a relação entre o aparelho militar, a indústria de defesa que o alimenta e a ideologia que sustenta ambos. A proeminência desta realidade constituiu uma espécie de política oculta, com responsabilidade na dinamização de toda a atividade económica do país, gerando novo emprego e novas atividades económicas, por onde se canalizam grande parte das políticas industriais (“indústrias nascentes” e tecnologias experimentais), o uso duplo (militar e civil) das inovações tecnológicas, a canalização para o CMI dos subsídios à investigação - de facto, são subsídios à indústria privada - e a própria direção adotada pelo progresso técnico. Basta lembrar a forma como nasceu a Internet, em 1969, para se perceber a relevância deste modelo.

Por outro lado, ao fazer do CMI o centro das políticas industriais e da inovação tecnológica, a política norte-americana criou uma pressão pro-militarista, que faz da guerra uma espécie de extensão da política económica (e da economia política), que contagia todo o mundo, alimentando até derivas proto-fascistas. Daqui resultou um enviesamento do progresso tecnológico e das despesas públicas em direção a objetivos predominantemente militares, associados à proliferação da guerra e à manutenção da hegemonia americana e ocidental. Assim, subalternizam-se as políticas dirigidas a fins civis e à superação das carências da maioria da população.

A verdade é que a hegemonia ocidental, como a temos conhecido, parece cada vez mais posta em causa perante o aparecimento de novas economias poderosas e com grande potencial de crescimento, que irão sempre funcionar como elementos de pressão para um mundo mais multipolar. Este pode vir a ser o arranjo institucional e político apropriado para o relançamento do capitalismo mundial, um mundo dirigido menos na base da hegemonia incontestada de uma das partes, mais multilateral, ainda que sob a ameaça de uma enorme instabilidade e da guerra. O próprio projeto Draghi, recentemente apresentado para o relançamento tecnológico e a recuperação europeia face ao resto do mundo, contém uma componente essencial de acréscimo de despesas militares que só tem sentido na lógica atrás descrita.

Guerras abertas como na Palestina e na Ucrânia colocam, também, às forças de esquerda o imperativo da solidariedade com os seus povos, pois a paz que defendemos não pode ser feita por via da cedência a invasores imperialistas. As situações beligerantes proliferam um pouco por todo lado, nomeadamente em África, o “continente esquecido”, e elas são uma das grandes causas, senão mesmo a principal, da saída em grande escala de pessoas desses países. A questão releva pelo facto de as pessoas refugiadas começarem por o ser nos países vizinhos, já de si a braços com dificuldades, e depois se deslocarem, em condições deploráveis, para a Europa.

4. SITUAÇÃO POLÍTICA ATUAL

Depois do fim da Geringonça, o PS ficou livre para conduzir a política que desejava, uma política que pouco se distinguiu do neoliberalismo proposto e praticado pela direita. Isso valeu-lhe uma enorme quebra de votos, uma derrota eleitoral, e facilitou o crescimento da extrema direita. Nesta dinâmica eleitoral, o Bloco, sem uma linha política clara, não conseguiu recuperar o que parecia ter sido circunstancialmente perdido. Não o fará sem uma clarificação política profunda, sem uma refundação a todos os níveis.

O momento político atual contém potencial desagregador para forças políticas como o Bloco de Esquerda. O recuo generalizado da esquerda e a ausência de lutas que desafiem o poder capitalista apontam para uma espécie de travessia do deserto. Quem for capaz de se ancorar num projeto de construção de um partido de massas, ideologicamente consistente, para uma transformação revolucionária da sociedade, terá melhores condições para resistir e sobreviver.

O Bloco de Esquerda adaptou-se ao recuo da situação política desgraduando os seus objetivos na luta política quotidiana, com o objetivo de conservar influência eleitoral. O caso mais flagrante foi o da campanha para as Europeias, submetida ao lema A Europa Por Ti, uma palavra de ordem sem conteúdo político explícito, a não ser uma certa vontade de cavalgar a aceitação do projeto europeu pela população portuguesa, tal qual ele existe. Este modelo dissolveu o Bloco de Esquerda no conjunto da esquerda social-democrata e reformista, retirou-lhe capacidade de atração e afastou-o do grande objetivo da construção do partido de massas, a

favor de uma luta parlamentar desesperada pela sobrevivência. Não há atalhos neste caminho. A direção do Bloco de Esquerda iludiu-se e procurou iludir-nos quando aprovou resoluções na última Mesa Nacional que criaram comissões para a atualização do programa eleitoral e para a formação política. Antes de ir nesse sentido, a direção do Bloco deveria estar preocupada com a definição política do tipo de partido que queremos construir. Sem isso, são intenções vazias. A natureza do partido é o guia principal para aquelas tarefas.

A balança oscilará entre a construção desse partido de massas e a continuação do crescimento da influência da direita e da extrema-direita, ao lado de uma certa estabilidade da social-democracia tradicional. Este modelo, se não for gerido da forma mais adequada por nós, tornar-se-á, cada vez mais, uma ameaça para as minorias e os próprios movimentos sociais.

5. DESAFIOS, RISCOS E OPORTUNIDADES

Os partidos comunistas e social-democratas do século XX deixaram uma marca traumática de aparelhismo em toda a esquerda e encaminharam muitos ativistas para a exploração das virtualidades de novos movimentos sociais e do horizontalismo. Porém, o esgotamento do potencial transformador da vaga de levantamentos da segunda década do século XXI, em todo o mundo, está a trazer de volta o debate em torno da indispensabilidade do projeto de partido de massas para uma grande transformação social.

O Partido, em vez de se adaptar e dissolver, terá que, obviamente, intervir nos novos movimentos sociais, sem descartar o seu objetivo final revolucionário e socialista. Na sua intervenção deverá, sem utilizar os métodos de controlo e limitação dos partidos comunistas, tentar fazer com que os seus objetivos e as suas práticas se conjuguem com a luta por uma sociedade sem classes.

Em vez disso, o Bloco de Esquerda substituiu o vazio criado pelo recuo das mobilizações dos trabalhadores pela agenda de novos movimentos sociais, que se tornaram o centro da intervenção política. Ao fazê-lo, alimentou uma lógica de preocupações, de sensibilidade individualista, uma linguagem, uma intensidade e um ritmo de compromissos de intervenção só acessíveis a uma “vanguarda” social minoritária dos principais centros urbanos. É uma linha política errada e empobrecedora.

6. O SOCIALISMO QUE QUEREMOS

A emergência de novos movimentos sociais veio destacar contradições criadas pela própria estrutura do capitalismo (racismo, questões de género, alterações climáticas, migrações, etc) que só uma transformação

socialista poderá ajudar a superar. O Socialismo que queremos construir tem o seu núcleo duro na tomada do poder pelo proletariado, na socialização dos grandes meios de produção e na agenda socialista dos novos movimentos sociais. O desenvolvimento do potencial do proletariado é essencial para a vitória da revolução socialista e para a construção de um partido revolucionário. É essencial conquistar o apoio das massas e a influência na vanguarda dos trabalhadores. Para isso, **é essencial o distanciamento crítico e o combate ideológico e político** às correntes que dirigem os partidos comunistas e social-democratas. O Socialismo que queremos “não pode ser” aquele que essas correntes apregoam e onde se filiam. Rejeitamos em absoluto regimes oligárquicos ditos “de esquerda”, desde Maduro à Coreia do Norte, do castrismo degenerado ao modelo chinês “comunista”. Como também rejeitamos a política de gestão do sistema capitalista pelos partidos ditos “socialistas”. O Socialismo está “ao alcance da mão” do movimento dos trabalhadores e só precisa de incubadora..

O objetivo é a construção de uma sociedade socialista, a associação livre dos produtores. Esta será uma sociedade de igualdade, de direitos, e onde a democracia se aprofunde, pluripartidária, com direito à greve, de manifestação, de organização sindical e de associação, onde existam os mecanismos institucionais que assegurem a separação de poderes. Será igualmente uma sociedade com um peso determinante da propriedade pública dos meios de produção (ainda que não exaustivo), que facilitará o processo de planejamento coletivo dos recursos disponíveis.

A este desiderato poder-se-á juntar um outro, que será o da contribuição para uma “governança global”, que trabalhe em questões essenciais já identificadas, desde as alterações climáticas, aos conflitos, aos movimentos migratórios, à redistribuição da riqueza, às questões de saúde, à escolarização das populações, ao reforço da democracia, entre outras. Nenhuma destas questões terá possibilidade de resolução apenas ao nível nacional. Por isso, este desafio só pode ser pensado a partir da ONU ou outra estrutura internacional de coordenação, há muito a precisar de reformulação, que coloque as nações num patamar igualitário quanto a decisões de âmbito global e na observância do Direito Internacional e dos Direitos Humanos e pela Paz.

7.

UM PROGRAMA PARA HOJE E PARA AMANHÃ

As reivindicações imediatas são, sem dúvida, importantes e constituem uma lista extensa que vai da melhoria dos salários e condições de trabalho e habitação à rejeição das discriminações. Muitas delas serão acomodáveis pelo sistema capitalista, não é isso que as torna menos importantes. Porém, devemos ser capazes de ir mais longe e de inscrever no nosso programa aquilo que o sistema capitalista não pode comportar. Um exemplo do que não pode ser contemplado pelo sistema capitalista é um verdadeiro projeto ecossocialista, por oposição ao “crescimento verde”

O projeto ecossocialista não é apenas uma transição centrada em determinadas atividades de maior potencial transformador, como as energias renováveis (em oposição às energias fósseis) ou os transportes sustentáveis. A transição ecológica a que nos referimos é uma subversão da ordem existente, uma mudança estrutural que altera a proporção entre setores de atividade, reordena o território, que passa por incursões profundas na estrutura privada da propriedade (nacionalizações), pela promoção de novos setores de atividade de grande potencial na satisfação de necessidades sociais e culturais, e pela diminuição da representatividade ou mesmo abandono de outros setores. É um “decrescimento sustentável”.

As classes dominantes dos países mais desenvolvidos e as suas empresas são os principais responsáveis pela crise ecológica e pelas alterações climáticas que vivemos em todo o mundo e têm a obrigação de decrescer ou de abandonar rapidamente as atividades e as tecnologias mais penalizadoras. Por este motivo, também, elas devem ser responsabilizadas pelo fornecimento aos países menos desenvolvidos e ao resto do mundo de tecnologias alternativas, assim como pelo financiamento para a transição ecológica e a reparação dos danos causados pelo atual modelo.

O decrescimento sustentável não significa diminuir o nível médio de vida das populações, sobretudo das populações dos países menos desenvolvidos. Pelo contrário, é uma grande oportunidade para mudar o regime de acumulação e a estrutura económica e social. Um modelo que dê prioridade ao crescimento dos serviços públicos (saúde, educação, cultura, habitação, transportes, saneamento básico, eletricidade, água potável, conservação da natureza), dirigidos à grande maioria da população, poderá sempre assegurar o crescimento do nível médio de vida. Trata-se, portanto, de promover uma alteração estrutural que dê prioridade às atividades económicas, às tecnologias e aos padrões de consumo com menores impactos em termos de consumos energéticos e de recursos não renováveis por unidade produzida.

8. **O BLOCO QUE QUEREMOS**

O modelo atual do Bloco está esgotado, tanto no plano político como organizativo. As viragens não explicadas de orientação e a prática interna dominante apontam para a decadência e para a degenerescência. Já há sinais disso. A organização está desmotivada, desmobilizada, sem atividade. Sem ideologia, não há combate político consequente. Há apenas resistência aos excessos do dia-a-dia das políticas governamentais.

O Bloco precisa de construir um programa de transformação revolucionária da sociedade e de adotar os modelos de organização democrática que facilitem esse caminho. O Bloco hoje parece ser apenas um pequeno grupo que toma todas as decisões sem ouvir, nem prestar contas aos militantes. O modelo parece ser mais o de influenciadores das redes sociais do que de um partido democrático. A prática recente de inquéritos individuais de “satisfação” aos aderentes que participam em iniciativas (Fórum Socialismo, por exemplo) é

inaceitável num partido de esquerda. É o método individualista adotado pelas empresas capitalistas, que faz dos aderentes meros consumidores de produtos (Fórum Socialismo) de uma empresa (o Bloco) que tenta fidelizar o cliente. Trata-se, por parte da direção, de dar a sensação de que a opinião de cada um de nós conta, mas, na realidade, aquilo de que o partido precisa é de uma profunda regeneração democrática, que a atual direção nunca fará, pois teria de desarticular os erros contidos nos acordos da fundação entre frações.

Decisões como a “adesão” a um novo partido da esquerda europeia só foram conhecidas pela maioria dos militantes pela comunicação social. Enquanto partido democrático, o Bloco precisaria de estruturas que funcionassem regularmente, em que os militantes tivessem uma palavra, participassem nas discussões internas. A comunicação entre estruturas deveria ser permanente e deveria estar institucionalizada com boletins de informação, formação e discussão. É possível construir um partido sem democracia interna, mas esse nunca será um partido revolucionário. Para saber que partido queremos, temos de saber que Socialismo queremos. Construir um partido não é uma mera operação técnica. É uma questão essencialmente filosófica e política sobre a Sociedade Nova que queremos construir: democracia e representatividade, liberdade total nas decisões, pluripartidarismo, rotatividade dirigente, limitação de mandatos.

Somos a favor do Bloco estruturado em torno da ideia de construção do partido de massas para uma grande transformação social e de uma urgente regeneração democrática.

9. **ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS**

As eleições autárquicas, para um partido com 25 anos de existência, constituem uma das ocasiões mais importantes para a sua construção e para a afirmação de uma alternativa de esquerda no plano local.

Essa alternativa precisa sempre de estar ancorada num programa de ação, que responda às principais questões que se colocam à intervenção no plano local e à forma como se inserem no contexto da situação política e organizativa a nível nacional.

Havendo experiência acumulada em concelhos ou regiões, e uma organização com um mínimo de conhecimento e de reconhecimento público, as eleições autárquicas constituem o terreno privilegiado para trabalhar com aderentes, simpatizantes e contactos, com pessoas de referência local – independentes - num programa e numa lista que reúna um conjunto de ativistas e de propostas que transformariam o quotidiano das pessoas e das cidades onde nos apresentamos.

A primeira orientação que importa seguir nas eleições autárquicas é que, em tese, o Bloco se apresentará com um programa e listas próprias para reforçar a construção do partido e alargar a sua influência em todos

os concelhos onde tivermos forças para tal. Porém, essas listas devem ser, tanto quanto possível, abertas a independentes disponíveis a se juntarem a nós na defesa de um mesmo programa, o qual, a título de exemplo, poderá incluir reflexões e propostas sobre cultura, ordenamento do território, urbanismo e qualidade de vida, direito à habitação, transportes e mobilidade, ambiente e recursos naturais, saúde e educação, coesão social e cuidados, transparência, cidadania e democracia local, como seja o orçamento participativo.

Podem existir circunstâncias que justifiquem a formação de listas de cidadãos que importa apoiar e/ou participar, ou situações em que seja do nosso interesse construir listas conjuntas. Tais casos, a sucederem, e se tal for aprovado pelas organizações locais do Bloco (concelhias e distritais) e pela Mesa Nacional, deverão permitir esclarecer sempre, e antecipadamente, por que razão o Bloco não se candidata autonomamente e apoia tal ou tal lista, conjunta ou de cidadãos.

A intenção de assegurar a manutenção de lugares conquistados em atos eleitorais anteriores (vereadores, eleitos municipais ou de Assembleias de Freguesia) não se deve sobrepor à lógica do nosso combate político mais geral, não só contra a direita, mas também contra as políticas erradas do PS e do PCP nas autarquias que governam. Isto significa que o programa a negociar com outras forças políticas deverá ser o critério dominante na aprovação de eventuais coligações ou entendimentos.

SUBSCRITORES

1	Adelino Fortunato	Sesimbra	8790
2	Alexandra Vieira	Braga	12281
3	Américo Campos	Rebordosa	
4	Ana Margarida Roberto	Sesimbra	17153
5	António Cruz Mendes	Braga	
6	António Gil Campos	Leiria	
7	António Marinho Da Silva	Coimbra	A1660
8	António Proença	Sesimbra	
9	Catarina Lourenço	Vila Franca De Xira	12068
10	Clara Dumont	Lisboa	
11	Carlos Patrão	Vila Franca De Xira	1052
12	Fernando Queiroz	Vila Do Conde	555
13	Heitor De Sousa	Leiria	A664
14	Helena Figueiredo	Lisboa	
15	João Nóbrega	Sesimbra	13330
16	Joaquim Coelho	Setúbal	
17	Jorge Pereira	Matosinhos	A343
18	José Estrela	Matosinhos	
19	José Manuel Boavida	Lisboa	
20	José Peixoto	Leiria	
21	Luísa Ramos	Setúbal	

22	Luísa Santos	Funchal	
23	Maria José Vitorino	Vila Franca De Xira	606
24	Maria Madalena Rocha	Setúbal	17521
25	Nelson Calheiros	Cascais	12392
26	Nuno Pinheiro	Almada	14306
27	Patrícia Barreira	Lisboa	9959
28	Paula Cristina Brum Da Silveira	Almada	A14279
29	Ruben Filipegomes Fernandes	Setúbal	
30	Rui Ferrão	Funchal	
31	Sara Goulart De Medeiros	Lisboa	
32	Teófila Matos	Sesimbra	11957
33	Vitorino Vieira Pereira	Leiria	A477

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AO DOCUMENTO APRESENTADO PELA COMISSÃO POLÍTICA

PROPOSTAS APRESENTADAS POR

Jorge Humberto Nogueira

Pedro Pisco

Diogo Franco

Carolina Vieira

ALTERAÇÃO AO PONTO 1.5

As guerras. O confronto entre potências não é só comercial. O capitalismo anuncia a guerra - seja na Europa, com palco principal na invasão da Ucrânia, **pela Rússia**, seja em torno de Taiwan, com o crescente atrito entre China e EUA, e sobretudo na escalada genocida de Israel que incendeia o Médio Oriente. **Regimes autocráticos, ditaduras, potências nucleares e grupos terroristas, chantageiam e ameaçam a paz, fazendo do armamento e da violência uma ameaça constante à democracia e ao desenvolvimento dos povos.** Justificada como consequência de tensões inevitáveis, a corrida aos armamentos na verdade retroalimenta esta espiral da guerra, absorvendo fluxos de investimento público que, em certo momento, chegaram a ser consignados a medidas para o cumprimento dos Acordos de Paris. A retórica da escalada militar não é menos venenosa do que as ações: os governos liberais e social-liberais que **também** procuram legitimar-se através da guerra abraçam o caminho que reforça o reacionarismo, que legitima os nacionalismos exacerbados e que promove a transferência de recursos financeiros do Estado Social para a indústria do armamento, ao ritmo das diretivas da NATO e das chantagens da Rússia, China e outros estados belicistas. **O Bloco defende o desarmamento e a desnuclearização como a única via para a paz e o progresso da humanidade, no respeito pelo direito internacional e as diretivas da ONU.**

Neste parágrafo fica-se com uma percepção de que quem anuncia e incentiva a guerra é essencialmente o capitalismo, mas na vertente muito ligada aos EUA e NATO. É difícil para o cidadão perceber que estamos a falar mais do que os EUA, se não formos claros na condenação de todos os que a promovem.

ALTERAÇÃO AO PONTO 3.4

3.4 - A questão da conciliação. O segundo elemento da tenaz é a teoria da ferradura ("os extremos tocam-se"), vinda do centrão. A teoria dos extremos procura marginalizar ou até criminalizar as políticas redistributivas e anticapitalistas e constranger a esquerda a uma "moderação" sem matizes. Sob o signo da conciliação, as forças de esquerda são instadas a diluir de forma permanente e irreversível a sua identidade e o seu programa em nome da manutenção do status quo, mesmo sob governos de direita, como em Portugal. **O Bloco**

de Esquerda deve promover uma cultura de otimismo transformador e de alegria na construção de um futuro mais justo.

Para além dos termos “esperança” e “cultura de luta”, já citados no documento, propomos que fiquem mais claros os conceitos de “alegria” e “otimismo”, que não aparecem. Sabemos que os nossos detratores transmitem uma visão de derrotismo e inconsequência da esquerda, acusada de ter uma visão pessimista do mundo, vendendo a ideia que o que existe é inevitável. Antes pelo contrário, devemos afirmar que somos uma esquerda que, apesar de ter consciência dos problemas e da dificuldade da luta que desenvolve, o faz com alegria e otimismo e isso deve trespassar toda comunicação, atitudes e ações.

ALTERAÇÃO AO PONTO 4.5

4.5 - A esquerda do século XXI é internacionalista e anti-militarista. Afirmamos a solidariedade com todas as vítimas do imperialismo, da autocracia e da ganância. Defendemos os direitos do povo palestino contra o genocídio pelo Estado de Israel, e da Ucrânia contra a invasão russa. Estamos ao lado do Estado espanhol no reconhecimento da Palestina e contra a sua aliança com a ocupação marroquina do Saara Ocidental. Denunciamos os ataques aos direitos democráticos na China e na Venezuela tal como rejeitamos a política de ingerência dos EUA na América Latina e a escala militar que provoca no sudeste asiático. Apoiamos o direito dos povos à autodefesa e a decidirem livremente o seu futuro, libertos dos planos que as potências mundiais lhes reservam nas suas lutas geopolíticas, e, em cada país, estamos ao lado das forças democráticas, progressistas e de esquerda. Não escolhemos entre imperialismos nem entre as suas alianças militares, de que a NATO é e foi ponta de lança. Somos convictamente antimilitaristas porque sabemos que a guerra é, acima de tudo, uma disputa das elites por recursos, território e poder, e uma forma de massacrar os povos. Somos convictamente por uma cultura humanista de não violência, como identidade de uma esquerda que rejeita qualquer forma de agressão, lutando e resistindo pacificamente e privilegiando a tolerância, a cooperação e o debate de ideias, no respeito pela dignidade da pessoa humana.

Não devemos ser só antimilitaristas, devemos ir mais longe e reafirmar a via da paz como uma identidade desta esquerda que assume uma ação de luta e resistência não violenta, numa perspectiva de dignidade e respeito por todos os seres humanos, rejeição de qualquer forma de agressão física ou emocional, promovendo o uso de formas pacíficas de resolução dos problemas, do diálogo e da cooperação na busca de soluções que beneficiem todas as pessoas. Sugerimos, por isso, uma ideia dentro desta linha inserida no documento, como a que se apresenta em baixo como exemplo.

ALTERAÇÃO AO PONTO 5.2

5.2 - Movimentos e mobilização popular. A emergência de mobilizações populares e de movimentos sociais é uma alavanca para as reivindicações da esquerda, mas é, antes de mais, uma condição essencial para disputar com a extrema-direita a consciência social e política do povo e, em particular, dos jovens. Sabemos como as organizações dos trabalhadores, os movimentos sociais por uma vida digna, as mulheres e as pessoas LGBTQI+, as comunidades racializadas e os migrantes, avançam nas suas formas de organização e formam uma barreira contra a extrema-direita e alternativas de poder, na América Latina como em todos os cantos do Mundo.

Sabemos como os cidadãos em todo o mundo se mobilizam em movimentos antimilitaristas e como os movimentos pelo clima e pela habitação são embriões de uma identidade anticapitalista. O massacre do povo palestino relançou este debate organizando milhões de jovens por todo o mundo. É nesses movimentos que o Bloco participa, sem dirigismos ou sectarismos, promovendo uma cultura de militância e de auto-organização.

É preciso ter em conta que o movimento antimilitarismo e pacifista existe há muito tempo e por todo o mundo e sempre ao lado das populações massacradas, oprimidas e vítimas de todas as guerras e de todo o tipo de violência e regimes neofascistas e autocráticos e em Portugal desde os anos 70 em Portugal, existem de forma mais ou menos orgânica de objeção de consciência, contra o serviço militar obrigatório, o nuclear, as ameaças imperialistas dos blocos, as apostas militares orçamentais em detrimento da vida digna, etc. de todos os quadrantes e muitos destes movimentos e pessoas estão integrados em partidos como o Bloco nas suas bases e fundação, bem como em muitos movimentos. Não vemos necessidade de particularizar a Palestina como único exemplo de mobilização do pacifismo e restringir à situação atualmente vivida na Palestina, deve ser um parágrafo mais aberto e onde se inserem TODOS os movimentos e lutas pacifistas, podendo usar o exemplo da Palestina, mas não esquecendo tantos outros, entre eles portugueses.

ALTERAÇÃO AO PONTO 5.3

5.3 - Um programa para disputar ideias e conceitos. A alternativa política que queremos afirmar em Portugal requer um programa político que pense o país, os seus recursos e possibilidades, em torno dos objetivos de planeamento ecológico e do cuidado, ou seja, da satisfação das necessidades de cada pessoa e de um projeto económico e social que enfrente a desigualdade. Um programa que perspetive de que forma a tecnologia e o progresso podem ser aliados, e não ameaças. Um programa que responda como o trabalho, os serviços públicos e o Estado Social se devem organizar sem que isso signifique um eterno regresso aos modelos e referências fracassadas do passado. Um programa que acompanhe e acrescente às reivindicações

dos movimentos sociais do presente. Um programa que abra caminhos para o Socialismo que queremos para um futuro justo e que nunca hipoteca a Liberdade, a Democracia e os Direitos Humanos. Este programa é um plano de ação mas também um instrumento de disputa ideológica e de descolonização do imaginário. Modernidade e futuro, liberdade e autonomia, cosmopolitismo e multiculturalidade ganham o seu verdadeiro significado quando nomeiam uma sociedade de iguais, organizada para o bem-estar e segurança de todos, e por isso, para emancipação de cada pessoa. A elaboração deste programa é uma prioridade do Bloco, um processo que decorrerá no espaço de um ano e que só será concluído pela Mesa Nacional que será eleita na próxima Convenção.

Podemos desvendar algumas características daquilo que consideramos um Socialismo para o futuro, porque na realidade é isso que deve estar no centro do nosso debate, ou seja, perceber que socialismo é esse, e também o que não deve ser. Seria importante fazer a definição de que socialismo falamos, nomeadamente quais os seus princípios. Pelo menos no texto deveríamos referir algumas dessas características.

ALTERAÇÃO AO PONTO 5.4

5.5 - Uma Organização aberta. O compromisso do Bloco com a democracia interna e as formas abertas de participação no debate político funda-se na rejeição, quer do centralismo atrofiante dos partidos comunistas tradicionais, quer da inorganicidade própria dos movimentos dirigidos por um líder populista, autoritário e providencial. Esta cultura democrática requer um esforço permanente para a criação de formas alargadas de debate e participação. Desde já: i) um processo de atualização programática que visa criar canais permanentes de debates temáticos, com o envolvimento alargado de militantes e simpatizantes, especialistas e ativistas políticos e sociais; 2) um roteiro de formação política e ideológica descentralizado, elaborado após consulta aos militantes e estruturas do Bloco; 3) novas formas de partilha de informação interna, com a criação de uma newsletter e de uma aplicação aberta a militantes; 4) novas abordagens para comunicação externa que, além do atual esforço de dinamização das redes sociais do Bloco, incluam a atualização do site nacional e dos principais materiais de propaganda, como o jornal, bem como a dinamização de formas locais de comunicação. A participação do Bloco em movimentos e organizações sociais não deve substituir a capacidade de organização interna da militância bloquista em torno de questões centrais do combate político. Assim, sempre que possível, o Bloco deve promover grupos de reflexão e coordenação em áreas como o trabalho, o feminismo, o clima, o antirracismo, as causas LGBTQI+, o bem-estar animal, a educação, a saúde, a justiça, a intervenção estudantil, a investigação e a ciência, ou os direitos das pessoas seniores, entre outras causas.

O Bloco reconhece a importância das bases do partido, organizadas em núcleos e concelhias, na sua riqueza, diversidade e vivência dos contextos reais do país; como fator de crescimento e ferramentas de ação. As concelhias são também movimentos sociais e políticos de base, que devem de igual forma ser ouvidas, promovidas e ter representatividade nas diferentes dimensões do partido. Devem ser criados mecanismos

de maior representatividade e participação na discussão e partilha da decisão, criando canais mais diretos de auscultação das bases, de apoio e de informação, bem como reforçando a participação e partilha efetiva das decisões. As concelhias deverão ser envolvidas no debate político interno necessário à definição da orientação do partido e apoiadas no seu crescimento.

Um partido que promove e valoriza os movimentos de base, lutas sociais e movimentos cidadãos que apoia e aos quais se junta, não pode ignorar o papel das concelhias como a sua própria base. As concelhias são também movimentos sociais e políticos de base, que devem ser ouvidas, promovidas e ter representatividade, com a vantagem de serem o próprio Bloco. O crescimento do partido está também ligado ao crescimento local, daí a importância do apoio, envolvimento e representatividade, porque quando não se envolvem os militantes, não se lhes dá responsabilidade ou se inibe a participação, isso leva ao desânimo e à desmobilização. O movimento de crescimento e de força do Bloco também tem de ser de baixo para cima, cativando pela base quem entra e valorizando quem está.

ALTERAÇÃO AO PONTO 5.6

5.6 - Mandato popular e agenda política. A presença do Bloco nos parlamentos é um elemento importante da nossa afirmação e disputa política. No contexto de uma maioria de direita na Assembleia da República, com a presença de 50 deputados da extrema-direita, o Bloco deve focar a sua intervenção na polarização face ao conservadorismo e ao ultraliberalismo que dominam os debates sobre imigração e direitos sociais, política fiscal, económica e ambiental e Estado Social. Simultaneamente, a pressão para reduzir o debate parlamentar às táticas de sobrevivência e poder do governo minoritário PSD/CDS na sua relação com o PS e com o Chega, exige do Bloco criatividade e arrojo na apresentação de propostas que traduzam os maiores problemas dos nossos dias, o salário e o tempo de trabalho, as alterações climáticas, o acesso a serviços e bens essenciais, desde logo a habitação, mas também a defesa intransigente da igualdade e da liberdade **Dentro e fora do Parlamento, levantamos as nossas bandeiras prioritárias:** resgatar a habitação da finança e fazer dela um bem para todos; **trabalhar menos, melhor, com mais direitos laborais, respeito pelo trabalho e por mais salário;** controlar os instrumentos para o planeamento ecológico, a começar pela produção e distribuição de energia; redistribuir a riqueza para financiar novos serviços públicos; afirmar o feminismo, o antirracismo e o combate a todas as discriminações como forma maior de liberdade.

*Não esquecer todo o mundo do trabalho de forma global e de massas e a necessidade de manter uma agenda prioritária no respeito e ampliação dos direitos laborais e proteção de quem trabalha hoje em Portugal, como prioridade das lutas do Bloco, dirigida a todos os trabalhadores. Por isso, na linha 2, na frase: **trabalhar menos, melhor e por mais salário; acrescentar os direitos.***

ALTERAÇÃO AO PONTO 7.2

7.2 - As mobilizações para o 25 de Abril demonstram a importância de criar alianças populares contra o projeto autoritário e ultraconservador da extrema-direita, expressado através da sua presença parlamentar mas também no avanço de ideias racistas, xenófobas, transfóbicas e machistas na sociedade portuguesa. Esta permanente procura de alianças, com partidos, movimentos sociais e sociedade civil, abrange ainda questões essenciais para a democracia, e que representam hoje os principais conflitos sociais face às políticas neoliberais que atacam o clima, **ameaçam os direitos dos trabalhadores**, ameaçam o salário e destroem o acesso à habitação.

Não devemos reduzir o trabalho apenas ao salário ou lutas setoriais, o Bloco tem de ter como luta central o trabalho na sua globalidade e em todas as suas dimensões, onde há muito ainda por fazer. Não basta ter revertido coisas do tempo da troika, continua a haver muito por fazer, com tanta precariedade, turnos, prestações de serviços, contratação coletiva, semana das 35 horas para todos, 2 dias de férias nunca devolvidos, etc... etc... etc... por isso a última frase do primeiro parágrafo deveria conter os "direitos" também e todo o documento deveria destacar esta como a prioridade do Bloco em todas as suas dimensões.

PROPOSTAS APRESENTADAS POR

Ana Gomes Branco, 9901

André Leal, 16872

António Santos, 1108

Artur Gouveia, 12061

Bárbara Góis, 16864

Carlos Carujo, 101

Carlos Cerqueira, 501

Clara Sandra, 16858

Daniel Borges, 16022

David Santos, 16881

Eduardo Velosa, 16855

Igor Constantino, 16857

Inês Sena, 15340

João Mineiro, 6566

João Patrocínio, 13408

José Abrantes, 16873

José Guerra, 1032

José Manuel Dias, 7667

Joseph da Silva, 7978

Luís Miguel Santos, 8954

Manuel Afonso, 16856

ALTERAÇÃO AO PONTO 7.4

A aposta numa alternativa de esquerda que confronte a direita, para contribuir para a alteração da correlação de forças, a mobilização cidadã e a abertura de um espaço de respiração democrática, está obrigada a alicerçar-se num programa de ruptura com as governações, nacionais e autárquicas, dos partidos do centro. A direita, como o PS, demonstram-se irremediavelmente presos aos interesses da especulação imobiliária e da monocultura do turismo. Assim, no país, como na sua capital, o Bloco promoverá alianças à esquerda do PS, com partidos e movimentos em torno de um programa transformador que rompa com a gestão urbana neoliberal, promovendo a apropriação coletiva da cidade. Nos casos em que tais alianças se demonstrem impossíveis, o Bloco apresentará candidaturas próprias.

PROPOSTAS APRESENTADAS POR

Diogo Pinto

Duarte Graça

Jesus Fonseca

Luís Alves

Matilde de Vilhena

PROPOSTA DE NOVO PONTO 5.1

Reflectir antes de agir: o balanço necessário.

Os anos da solução parlamentar que permitiu a aprovação de Orçamentos do Estado entre 2015 e 2019 permitiram conquistas importantes: o aumento significativo do salário mínimo nacional, uma nova Lei de Bases da Saúde, uma Lei de Bases da Habitação, o Estatuto do Cuidador Informal, o reconhecimento do trabalho nas pedreiras como profissão de desgaste rápido, a redução das propinas de licenciatura são alguns exemplos paradigmáticos.

Simultaneamente, temos consciência das concessões de algumas dessas conquistas às lógicas de poder

dos governos do PS e das fragilidades na aplicação prática de muitas dessas conquistas: o salário mínimo continua num valor miserável, as leis de bases da Saúde da Habitação não foram suficientemente longe em impedir a sobreposição dos interesses privados às necessidades populares, a regulamentação do Estatuto dos Cuidadores Informais deixou muita gente de fora, continua a haver trabalhadores das pedreiras a quem é negado acesso ao regime de antecipação da reforma que é seu direito e a redução de propinas de licenciatura foi interrompido, sem nunca se ter introduzido um limite às propinas de mestrados e doutoramentos.

Assumirmos tudo isto não desvaloriza, em nada, o que se conquistou. É, aliás, uma reafirmação da nossa inconformação perante a violência das políticas de Direita e a negligência das políticas de “centro”, sobretudo em contraste com os últimos 4 anos de chantagem parlamentar e de uma maioria absoluta rendida à ideia distópica de progresso liberal do PS, e, mais recentemente, do programa de aceleração de desigualdades do governo PSD/CDS/PPM, agarrado ao sonho de máxima privatização da Saúde e da Educação.

Da mesma forma, afinarmos a nossa intervenção política pelo Socialismo de futuro exige sermos capazes de nos responsabilizarmos a nós próprios, seja nos órgãos, seja em qualquer espaço de debate e discussão internas. É preciso dizer que, se é necessária uma reformulação do programa político e eleitoral, e se é urgente uma campanha de formações internas, tal se deve ao facto de termos cedido demais nas reivindicações, de termos recuado na afirmação de valores fundamentais à sociedade livre, democrática, igualitária que a fundação do Bloco lançou como horizonte de luta. Temos que reconhecer que, se continuamos a ter dificuldades de mobilização fora dos grandes centros urbanos, é porque falhamos na organização interna.

Para nos reorganizarmos, para nos focarmos, é indispensável compreender que não fizemos tanto quanto poderíamos, mesmo tendo em conta as atuais circunstâncias e os constrangimentos que fomos enfrentando. É a partir desta conclusão que podemos, e devemos, enunciar as acções, a intervenção de que precisamos para fazer melhor.

PROPOSTA DE NOVO PONTO 5.7

Uma estrutura re-energizada, sólida e presente. Muitas estruturas locais do Bloco, em particular distritais e concelhias, têm apresentado grandes fragilidades, com recorrentes dificuldades em estabelecer, enraizar ou manter uma base militante activa. Ultrapassar os obstáculos de intervenção política que isto cria implica um esforço a todos os níveis geográficos de organização do Bloco. Nesse sentido, estabelece-se como plano de acção organizativa:

- contactar, regularmente, no mínimo a cada seis meses, toda a base de aderentes do partido, por via das estruturas distritais e concelhias;
- garantir a integração de qualquer novo aderente, através de um contacto inicial, telefónico ou presencial,

e posterior encaminhamento grupos de trabalho;

- garantir, por via das estruturas distritais, a organização regular, no mínimo a cada 2 meses, de plenários de aderentes nos concelhos onde não exista concelhia;
- criar e dinamizar Núcleos concelhios, onde haja condições políticas e práticas para tal, por via das estruturas distritais, como estágio inicial de progressivo desenvolvimento de concelhias, até à sua formalização;
- Garantir a organização de reuniões anuais entre as coordenadoras distritais e respetivos coordenadores concelhias com objetivo de oferecer apoio direto à coordenação das concelhias e garantir o cumprimento dos estatutos do Bloco;
- promover um levantamento de todas as organizações sociais e movimentos espalhados pelo território, procurando estabelecer contacto, na medida do que for politicamente coerente com a intervenção do Bloco.

Será, também, necessário dinamizar novos grupos de trabalho sectoriais, na medida da disponibilidade existente entre a militância. Sondar o universo de aderentes para esse efeito é um esforço a materializar até à Convenção Nacional em 2025.

PROPOSTA DE NOVO PONTO 5.8

A questão do Interior. Uma das marcas mais evidentes das consequências do rolo compressor do capitalismo é a desertificação do Interior e das periferias geográficas. Nos últimos 40 anos, com o efeito acelerador dos anos da troika, o abandono social massificado e as desigualdades no acesso a direitos fundamentais tornaram-se resultado natural da lei da inevitabilidade do consenso liberal. Eficiência, otimização e progresso são termos apropriados para o palavreado da oligarquia para defender que é desejável a concentração de população no litoral, nos grandes centros urbanos; é, até, a grande solução ecológica, sustentável e socialmente responsável dos nossos tempos. Sabemos que tudo isto é distorção e manipulação. Cabe à Esquerda, cabe ao Bloco continuar a exigir o regresso dos serviços públicos onde foram retirados às populações pelo cavaquismo, pelo governo PSD/CDS da troika e pelos governos PS rendidos à lei dos mercados financeiros. Cabe-nos dar força aos movimentos populares que se levantam pelo acesso à Saúde e à Educação, pelo combate ao domínio do eucaliptal, contra a exploração mineira que esgota o ambiente e as comunidades que vivem perto.